VII

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Sumário: **54.** A sistemática adotada. **55.** Direito romano, direito histórico. **56.** Características do direito romano pré-clássico. **57.** Características do direito romano clássico. **58.** Características do direito romano pós-clássico. **59.** Alguns dos meios de pesquisa utilizados pelos romanistas.

54. A sistemática adotada – Estudadas as noções de história do direito romano, passaremos à análise de suas instituições, onde, em síntese, examinaremos o direito romano em sentido objetivo e subjetivo.

Para isso, em vez de seguirmos a classificação, que é reconhecidamente falha,¹ das Institutas de Gaio (observada, também, pelas de Justiniano), segundo a qual todo direito se refere às pessoas, às coisas ou às ações, adotaremos a classificação germânica, que, embora moderna, permite dar uma visão sistematizada de todo o direito romano privado.

Assim, estudaremos a matéria objeto destas instituições em duas partes:

1ª – Parte Geral – onde se examinam os princípios gerais de direito romano em sentido objetivo e subjetivo; e

2ª – Parte Especial – em que se estudam as diferentes relações jurídicas, encaradas principalmente pelo seu aspecto dominante de poder – que é o direito subjetivo – nas quatro seguintes seções: a) direito das coisas; b) direito das obrigações; c) direito de família; e d) direito das sucessões.

55. Direito romano, direito histórico – Antes, porém, de iniciarmos o exame das instituições de direito romano, é necessário que se façam algumas observações.

Em nossos dias, não se pode estudar o direito privado romano como se estuda o direito privado moderno. E a razão é esta: o direito privado moderno se aprende, principalmente, com vistas à sua utilização prática, motivo por que é analisado como se apresenta no momento atual; já o direito romano não mais se aplica, e continua a ser estudado somente como direito histórico, que vigorou no passado e que, ainda hoje, serve de instrumento de educação jurídica, uma vez que o exame de sua evolução é notável campo de observação do fenômeno jurídico em todos os seus aspectos, razão por que cada um dos institutos que o compõem deverá ser examinado em sua evolução

histórica, das origens ao termo final. Um exemplo, para esclarecer: quando, atualmente, um professor de direito civil analisa para seus alunos o direito de propriedade, o objeto primordial do estudo são as normas vigentes; já o professor de direito romano, ao tratar do mesmo assunto, terá de fazê-lo examinando-lhe a evolução desde os tempos mais remotos de Roma até a época de Justiniano.

Em face disso, e para facilitar esse estudo evolutivo, os romanistas dividem a história interna do direito romano em períodos, a respeito de cuja delimitação e número, no entanto, divergem. Das várias divisões² adotamos a seguinte, em três fases:

1ª – a do direito antigo ou pré-clássico (das origens de Roma à Lei Aebutia, de data incerta, compreendida aproximadamente entre 149 e 126 a.C.);

2ª – a do direito clássico (daí ao término do reinado de Diocleciano, em 305 d.C.; o período áureo dessa época vai de 96 a 235 d.C.); e

3ª – a do direito pós-clássico ou romano-helênico (dessa data à morte de Justiniano, em 565 d.C. – dá-se, porém, a designação de direito justinianeu ao vigente na época em que reinou Justiniano, de 527 a 565 d.C.).

As datas-limites desses períodos – das quais a finalidade é mais didática do que científica – indicam, de modo geral, o lapso de tempo dentro do qual se verificaram, mais acentuadamente, certas diretrizes na evolução dos diferentes institutos jurídicos. Por isso, e para que se possa compreender como e por que os institutos evoluíram dessa ou daquela maneira, é imprescindível que se conheçam as características de cada uma dessas três etapas. Examinemo-las.

56. Características do direito romano pré-clássico – Três fatos, principalmente, despertam a atenção de quem estuda o direito romano no período pré-clássico:

- a) o formalismo;
- b) o materialismo; e
- c) a atuação dos jurisconsultos na construção do *ius civile*.

Como salienta Biondi,³ o homem primitivo age antes de pensar, e, quando sua atividade deixa de ser violenta e passa a disciplinada, a ação dele (*actus, actio*) se cristaliza numa forma à qual o direito, automaticamente, atribui efeitos jurídicos. O que importa não é a vontade de quem pratica o ato, mas que este seja realizado com a observância da forma. Daí o formalismo e o materialismo. Quanto ao primeiro, basta, para caracterizar sua rigidez, este exemplo colhido nas *Institutas de Gaio* (IV, 11): se alguém, ao intentar ação de perdas e danos contra outrem que lhe cortara videiras do terreno, usasse do termo *uities* (videiras), em vez de *arbores* (árvores), como estabelecia

a lei, somente por isso perderia a demanda. Quanto ao segundo, e a título exemplificativo, é de notar-se que, não importando a vontade de agente, mas, sim, a observância da forma, a obrigação, ainda que contraída em virtude de coação ou dolo, era válida desde que tivesse havido a estrita obediência às formalidades.

Por outro lado, o direito, que nessa época se traduz no *ius ciuile* (constituído apenas de normas costumeiras e de alguns raros preceitos legais aplicáveis aos cidadãos romanos), se desenvolve, em regra, pela atuação dos jurisconsultos (a princípio, os pontífices; depois, com a laicização da jurisprudência, os juristas leigos). Com efeito, partindo das normas costumeiras e dos preceitos da Lei das XII Tábuas, os jurisconsultos romanos, com o emprego de técnicas jurídicas (assim, a ficção, a analogia, a interpretação puramente literal), vão, de certa forma, criando direito, razão por que, no período clássico, dizia Pompônio que o *ius ciuile* “in sola prudentium interpretatione consistit” (consiste unicamente na interpretação dos jurisconsultos).⁴ Eis um exemplo dessa atividade criadora da jurisprudência, na época pré-clássica: tomando por ponto de partida a *rei vindicatio*, que era um processo contencioso pelo qual o proprietário podia reaver a posse da coisa que lhe fora arrebatada, os juristas romanos criaram a *in iure cessio*, que era um dos modos da aquisição de propriedade por meio do simulacro de uma reivindicação: diante do magistrado, o adquirente afirma que a coisa (que ele deseja adquirir) é sua, e aquele, em face do silêncio do alienante – que, assim, não se defende – faz a adjudicação da coisa ao adquirente, que dela se torna proprietário.⁵

Note-se, no entanto, que essa atividade criadora da jurisprudência não era arbitrária. Os juristas, embora com bastante amplitude de ação,⁶ somente podiam criar direito mediante a adaptação, às novas exigências sociais – e pelos expedientes a que já aludimos –, das normas costumeiras ou legais existentes. Em face disso, encontramos, no direito pré-clássico, negócios jurídicos – por exemplo, a adoção primitiva – que, para serem celebrados, demandavam a observância de formalidades aparentemente inúteis, mas que, em verdade, não o eram.⁷

57. Características do direito romano clássico – Nesse período, as três principais características do direito pré-clássico entram em decadência em virtude da atuação dos magistrados com funções judiciárias, entre os quais se destacam os pretores urbanos e peregrinos.

O *ius ciuile* só se aplicava aos cidadãos romanos. Mas, já no século III a.C., Roma é um centro comercial ao qual afluem estrangeiros de diversas nacionalidades. Surge, então, o problema de se disciplinarem, juridicamente, as relações comerciais dos estrangeiros entre si, ou com os romanos. Em 241 a.C., ainda no período pré-clássico, é criada a pretura peregrina com funções judiciárias: dirimir conflitos de interesses entre

estrangeiros, ou entre romanos e estrangeiros. E foi na esfera da jurisdição do pretor peregrino – o que tomou impulso a partir da Lei Aebutia – que se vai desenvolver o *ius gentium*, aplicável indiferentemente a estrangeiros e romanos, e constituído de princípios advindos de usos e costumes comerciais e sancionados, no *Edito*, pelo pretor peregrino. Fundando-se em praxes do comércio internacional, era o *ius gentium* informado por concepções radicalmente opostas às do *ius ciuile*: ao formalismo e materialismo deste contrapunha-se aquele sancionando atos praticados sem a observância de formalidades, e respeitando a boa-fé (*fides*), ou seja, a lealdade à palavra empenhada. A pouco e pouco, os princípios constantes do *Edito* do pretor peregrino vão sendo acolhidos pelo pretor urbano, que os aplica a litígios apenas entre romanos; e, posteriormente, passam a integrar o próprio *ius ciuile*, que, assim, vai perdendo suas características primitivas.⁸

Mas o papel principal na evolução do direito romano no período clássico é desempenhado pelo pretor urbano. Com efeito, ao lado do *ius ciuile* (integrado pelos princípios costumeiros e legais, devidamente ampliados pela *interpretatio* dos *jurisconsultos*), firma-se o *ius honorarium* ou *praetorium*. São duas ordens jurídicas distintas: de um lado, o *ius ciuile*; de outro, o *ius honorarium* ou *praetorium*.

Já vimos (nº 21, letra C) que os magistrados com funções judiciárias não podiam, no direito romano, atribuir direitos a ninguém, mas, sim, conceder ou negar ações, o que, na prática, equivalia à criação de direitos. Por isso, o *ius honorarium*, embora teoricamente não pudesse revogar normas do *ius ciuile*, nem criar novos preceitos jurídicos, na realidade alcançava esses dois resultados: quando o magistrado se recusava a conceder a alguém ação que protegia direito decorrente do *ius ciuile*, estava negando a aplicação deste; e, quando concedia ação para tutelar situações não previstas no *ius ciuile*, estava suprindo lacunas dessa ordem jurídica. Nesse terreno, destacou-se sobremaneira o pretor urbano, o mais importante dos magistrados com funções judiciárias. Daí salientar Papiniano: “*Ius praetorium est, quod praetores introduxerunt adiuuandi uel supplendi uel corrigendi iuris civilis gratia propter utilitatem*” (O direito pretoriano é aquele que os pretores introduziram para secundar, ou suprir ou corrigir o direito civil, tendo em vista o interesse público).⁹

Com o *ius honorarium* ou *praetorium*, entra em decadência a atuação dos *jurisconsultos*, por intermédio da *interpretatio*, na construção do *ius ciuile*. Em vez de se valerem dos expedientes empregados no período pré-clássico, os juristas podem chegar ao mesmo resultado de maneira mais simples: solicitam ao pretor urbano (que, em regra, acolhe as sugestões, pois geralmente não é *jurisconsulto*) que, no *Edito*, proteja situações novas, tutele atos praticados sem a observância do formalismo rigoroso do *ius ciuile*, e atente para a vontade dos contratantes.¹⁰

No principado, aos dois sistemas jurídicos – *ius ciuile* e *ius honorarium* ou *praetorium* – se vai sobrepondo, a pouco e pouco, um terceiro: o *ius extraordinarium*, integrado por constituições imperiais cujos preceitos são sancionados não pelo processo formulário (vide nº 126 e segs.), mas por novo processo administrativo – a *cognitio extra ordinem* (vide nº 133 e segs.).¹¹ Note-se, porém, esta circunstância: as constituições imperiais que dizem respeito a institutos jurídicos disciplinados pelo *ius ciuile*, e com relação às quais se aplica o processo formulário, estão compreendidas no âmbito do *ius ciuile*; apenas aquelas que se fazem valer pela *cognitio extra ordinem* é que se enquadram no *ius extraordinarium*.¹²

58. Características do direito romano pós-clássico – O que, principalmente, caracterizou esse período é a circunstância de o direito – como ocorre no mundo moderno – passar a ser elaborado quase exclusivamente pelo Estado, mediante constituições imperiais.

Como já vimos, nos dois períodos anteriores – o pré-clássico e o clássico – a atuação do Estado, na criação do direito, era, a princípio, diminuta, e só gradativamente vai crescendo. Assim, na época pré-clássica, o Estado apenas tem ingerência nela por poucas leis, e a maioria das normas jurídicas decorre do costume ou da *interpretatio* dos juristas; no período clássico, durante o final da república e o início do principado, destaca-se o *ius honorarium*, e apenas quando os imperadores, por meio de constituições imperiais, começam a ditar normas jurídicas é que o Estado passa a atuar decisivamente na elaboração do direito, entrando as demais fontes em decadência. No período pós-clássico, conclui-se essa evolução, passando o Estado, quase exclusivamente, a elaborar o direito, e desaparecendo a distinção entre o *ius ciuile*, o *ius honorarium* e o *ius extraordinarium* (este, em virtude de a *cognitio extra ordinem* tornar-se o processo comum, em substituição ao formulário) (vide nº 133 e segs.).

Na época pós-clássica, em virtude da decadência da cultura jurídica, torna-se mais nítida a divergência entre o direito escrito e o direito aplicado na prática. O fenômeno já existia no período clássico, mas deixou traços muito tênues¹³ em razão da preponderância da atividade dos juristas, do pretor e, mais tarde, dos imperadores. Esse é o sentido mais proveitoso em que se pode tomar a expressão direito vulgar (*Vulgarrecht*).¹⁴ Ele está para o direito escrito (que é o direito oficial, *Reichsrecht*, na expressão de *Mitteis*) como o latim vulgar está para o latim literário. Aquele que não tem o esplendor deste, mas é o direito vivo, adaptado às necessidades da vida, em face do direito elaborado, técnico, que é o direito oficial. Como direito vivo, e não como direito oficial decadente, é que deve ser encarado, e, por isso mesmo, chega a influir neste, acarretando alterações (é a recepção da prática pelo direito oficial).¹⁵

Diversos do direito vulgar (tomado no sentido que demos acima) são os direitos locais (Volksrechte), isto é, os direitos dos povos conquistados pelos romanos e que persistiram, por maior ou menor tempo, com mais ou menos intensidade, e cuja influência sobre o direito romano tem sido objeto de controvérsia. Enquanto o direito vulgar é direito romano, o mesmo não sucede com os direitos locais, que são elementos de resistência ao direito romano.¹⁶

Por outro lado, há controvérsia entre os autores sobre o principal fator que acarretou as inovações que o direito pós-clássico apresenta em relação ao direito clássico. Segundo a doutrina dominante, esse fator é representado pelas influências helênicas que o direito romano sofreu nessa época, caracterizando-se o direito pós-clássico como “direito romano-helênico”. Alguns romanistas, no entanto – assim, Riccobono e Chiazzese –, defendem tese oposta: a de que, em verdade, as inovações pós-clássicas nada mais são do que o desenvolvimento espontâneo dos elementos romanos, colocando em evidência tendências que se observam no *ius honorarium* e no *ius extraordinarium* no período clássico.¹⁷

Albertário,¹⁸ que pertence à corrente dominante, assim enumera os vários fatores que exerceram influência sobre o direito romano pós-clássico:

a) o cristianismo;

b) a nova constituição política, social e econômica do Império, que passa a ter, depois de Constantino, seu centro de gravidade no Oriente;

c) os direitos provinciais;

d) o empirismo que resulta de toda época de decadência; e

e) o espírito e a preparação doutrinária dos jurisconsultos do Oriente grego.

Daí, no tempo de Justiniano, o direito romano compilado no *Corpus Iuris Ciuilis* apresentar, como salienta Collinet,¹⁹ os seguintes caracteres:

a) o caráter oriental;

b) o caráter doutrinário;

c) o caráter não formalista; e

d) o caráter cristão.

59. Alguns dos meios de pesquisa utilizados pelos romanistas – Para que se tenha ideia dos meios de pesquisa de que se utilizam os romanistas para traçar a evolução por que passaram os diferentes institutos jurídicos no direito romano, damos, a seguir, algumas noções a respeito.

Como já se salientou, os elementos de que dispomos para o conhecimento do direito romano diminuem à medida que se recua para as suas origens. E, obviamente, à proporção que se escasseiam os documentos, mister se faz, para que se reconstrua a evolução, nas diferentes épocas, dos institutos jurídicos romanos, que se recorra a outros meios.

Por via de regra, não há maiores dificuldades para o conhecimento do direito vigente no tempo de Justiniano, pois possuímos o *Corpus Iuris Ciuilis*, onde estão compiladas as normas jurídicas dessa época.

O mesmo não ocorre, porém, com relação ao direito clássico, para cujo estudo dispomos apenas de obra quase completa, mas elementar, de jurisconsulto da época – as *Institutas de Gaio*, cujo único manuscrito que possuímos, e que é do século V ou do início do século VI, não está totalmente isento de alterações pós-clássicas (vide capítulo IV, nota 26) nem de omissões voluntárias²⁰ – e de alguns poucos e pequenos fragmentos de outros autores clássicos. Por isso, para reconstituir-se o direito clássico, é necessário, principalmente, que se descubram, no *Digesto*, as interpolações introduzidas no texto dos fragmentos, que o compõem, das obras dos jurisconsultos clássicos – e isso para que, eliminadas as interpolações, se tenham, aproximadamente, os textos originais, e se possa conhecer, por eles, o direito daquele período.

Mais complexa, ainda, é a reconstrução do direito pré-clássico. Nenhuma obra dessa época chegou até nós. Há apenas fragmentos – ou simples notícias – de leis, mas cujo texto, quando fragmentariamente conservado, o foi por autores, em geral, literários, que viveram séculos depois delas. Para a reconstrução – as mais das vezes conjectural – dos institutos jurídicos nesses tempos remotos, valem-se os romanistas, especialmente, dos recursos da filologia, da história das crenças, da sociologia, do direito antigo comparado. Bonfante, observando o tradicionalismo que imperou no direito romano, foi estrênuo defensor de um método para a reconstrução da estrutura do direito romano primitivo – o método naturalístico, que consiste, em linhas gerais, no seguinte: estudando-se um instituto jurídico no período clássico, verifica-se, às vezes, que ele apresenta certas regras que não se coadunam com a maioria dos princípios que o disciplinam, o que quer dizer que elas são remanescentes de uma época anterior, e que, pela força estática da tradição, sobreviveram no período seguinte, embora em choque com os novos preceitos que passaram a regular o instituto.²¹

Com base em meios de pesquisa como esses, e coadjuvados pelas diversas ciências auxiliares do direito romano, podem os romanistas, em trabalho lento e penoso, reconstruir a evolução dos diferentes institutos jurídicos romanos, a qual será objeto da exposição que se segue nos demais capítulos desta obra.

-
- 1 Vide a crítica de Teixeira de Freitas, *Consolidação das Leis Civis*, 3ª ed., p. XL e segs., Rio de Janeiro, 1896.
- 2 Sobre as diversas divisões propostas, vide Matos Peixoto, *ob. cit.*, I, nº 2, p. 17 e segs.
- 3 *Istituzioni di Diritto Romano*, 3ª ed., pp. 172 e 173.
- 4 D. I, 2, 2, 12.
- 5 Outros exemplos em Voci, *Istituzioni di Diritto Romano*, 3ª ed., § 2ª, III, pp. 37 a 39, Milano, 1954.
- 6 Modernamente, os juristas não têm essa liberdade de ação, porque o Estado chamou a si a disciplina das relações jurídicas privadas. O mesmo, porém, não ocorria no direito romano pré-clássico, em que a *ciuitas*, até certo ponto, se desinteressava da regulamentação das relações entre os particulares, motivo por que o *ius ciuile* era constituído, precipuamente, de normas costumeiras, e os poucos princípios legais (assim, a Lei das XII Tábuas), em geral, nada mais eram do que costumes ratificados pelo Estado (a propósito, vide Biondi, *Prospective Romanistiche*, p. 31, Milano, 1933).
- 7 Sobre as características religiosas do direito pré-clássico, vide Kaser, *Das Altrömisches Ius*, p. 300 e segs., Göttingen, 1949.
- 8 Sobre a atuação, como a descrevemos no texto, do pretor peregrino no desenvolvimento do *ius gentium*, os autores são acordes. Alguns, como De Francisci (*Storia del Diritto Romano*, II, 1, p. 236), entendem que não é possível determinar a contribuição dos magistrados na formação do *ius gentium*. No sentido que seguimos, vide Riccobono, *Lincamenti della Storia delle Fonti e del Diritto Romano*, § 4º, p. 22 e segs.; e Guarino, *L'Ordinamento Giuridico Romano*, 3ª ed., § 9, p. 148 e segs., Napoli, 1959 (na 5ª ed., Napoli, 1990, Guarino, que desde a 4ª ed. refundira essa obra, persevera nessa orientação, como se vê no nº 69, pp. 335/339).
- Note-se, ainda, que o *ius gentium* não se confunde com *ius honorarium*, embora ambos se tenham desenvolvido no âmbito da jurisdição de magistrados com funções judiciárias; e não se confundem, porque o *ius honorarium* surgiu depois do florescimento do *ius gentium*, tendo sido o conceito de *ius honorarium* formulado – como salienta Guarino, *ob. cit.*, p. 58 – com vistas a uma situação específica: a atuação do pretor urbano (e demais magistrados com funções judiciárias *inter ciues*) no secundar, suprir ou corrigir o *ius ciuile*, o que não ocorreu com o pretor peregrino.
- 9 D. I, 1, 7, 1.
- 10 Assim, por exemplo, se alguém fosse coagido a contrair uma obrigação, e o credor, para constrangê-lo, a cumpri-la, o acionasse, admitia o pretor urbano que o devedor se defendesse, por meio de uma *exceptio* (exceção, vide, 128, B), alegando a coação; provada esta, eximia-se da obrigação o devedor.
- 11 A propósito, vide Riccobono, *Cognitio extra ordinem, nozione e caratteri del "ius nouum"*, in *Bulletino dell'Istituto di Diritto Romano*, vols. LV-LVI (1952), p. 1 e segs.
- 12 Essas constituições imperiais criaram institutos jurídicos novos ou aperfeiçoaram os já existentes (assim, entre outros, o fideicomisso, a *pollicitatio*, a *querella non numeratae pecuniae*); outros exemplos em Voci, *Istituzioni di Diritto Romano*, 3ª ed., § 5º, II, p. 55, Milano, 1954.
- 13 Segundo Gaudemet (*La Formation du Droit Séculier et du Droit de l'Eglise aux IVe et Ve Siècles*, nº 75, p. 124, Paris, 1957), um exemplo disso se encontraria na sentença proferida no século II ou III d.C., por Senécio, subprefeito da frota de Miceno, designado juiz em causa entre os Patulcos e P. Élio Rufino, da qual é possível inferir-se que aquele julgador admitia que a transmissão da propriedade decorresse diretamente do contrato de compra e venda. O texto dessa sentença se encontra na parte terceira (*Negotia*), editada por Arangio-Ruiz, *das Fontes Iuris Romani Anteiustiniani*, nº 86, p. 276 e segs.
- 14 Os autores divergem quanto ao sentido a ser atribuído à expressão direito vulgar, expressão criada por Brunner, em 1880. Sobre essa divergência vide Gaudemet, *ob. cit.*, nº 75, p. 123 e segs.
- 15 A respeito do direito vulgar, vide Gaudemet, *ob. cit.*, nº 73 e segs., p. 119 e segs.; Max Kaser, *Zum Begriff des spätrömischen Vulgarrechts*, in *Studi in Onore di Emilio Betti*, II, pp. 541/572, Milano, 1962; Raul Ventura, *Manual de Direito Romano*, vol. I, tomo I, nº 75, p. 265 e segs., Lisboa, 1963; Stüff, *Vulgarrecht im Kaiserrecht*, Weimar, 1966; Wieacker, "Vulgarismus und Klassizismus in Recht der Spätantike", in *Von Römischen Recht*, 2ª ed., p. 222 e segs., Stuttgart, 1961; e Levy, *Weströmisches Vulgarrecht das Obligationenrecht*, p. 1 e segs., Weimar, 1956, e "Westöstliches" "Vulgarrecht und Justinian", in *Zeitschrift der Savigny-Stiftung für Rechtsgeschichte – Romanistische Abteilung* – vol. 76 (1959), p. 1 e segs.

- ¹⁶ Vide, a propósito, Gaudemet, ob. cit., nº 73, p. 119 e segs.
- ¹⁷ Vide, a respeito, Chiazzese, *Introduzione allo Studio del Diritto Romano Privato*, 3a ed., nº 97, p. 322 e segs., Palermo, 1948; Riccobono, *Corso di Diritto Romano*, parte II, p. 686 e segs., Milano, 1933; e Guarino, *Storia del Diritto Romano*, 3ª ed., nº 272, pp. 407/408.
- ¹⁸ I fattori della evoluzione del Diritto Romano Postclassico e la formazione del Diritto Romano Giustiniano, in *Studi di Diritto Romano*, V, p. 140 e segs., Milano, 1937; vide, também, *Introduzione Storica allo Studio del Diritto Romano Giustiniano*, p. 81 e segs., Milano, 1935.
- ¹⁹ *The General Problems raised by the Codification of Justinian*, p. 9 e segs., Haarlem, 1922; e *La Genèse du Digeste, du Code et des Institutes de Justinien*, p. 32 e segs., Paris, 1952.
- ²⁰ A respeito, vide Carlo Alberto Maschi, "Omissioni nel manoscritto veronese delle istituzioni di Gaio e ricostruzione del Diritto Romano", in *Conferenze Romanistiche (Universitário degli Studi di Trieste)*, vol. II, p. 231 e segs., Milano, 1967.
- ²¹ Vide, a propósito, Bonfante, "Il metodo naturalistico nella storia del diritto", in *Scritti Giuridici Varii*, IV, p. 46 e segs., Roma, 1925; e *Storia del Diritto Romano*, vol. I, p. 11 e segs. Sobre o resultado do emprego desse método na reconstrução da estrutura do condomínio no direito romano pré-clássico, vide nº 153, letras A e B.